

# Comissões temáticas escolhem presidentes e relatores

Janio de Freitas

## A dívida é de poucos

Um público privilegiado, composto de duas a três dezenas de empresários, será brindado a partir das 20h de amanhã, na casa paulistana do também empresário Eugênio Staub, com a revelação exclusiva de algo que o governo decidiu não expor aos demais cidadãos: os termos da proposta de renegociação da dívida externa, que o ministro Dilson Funaro levará aos credores na semana que vem.

Este preciso cumprimento do compromisso de transparência governamental, tantas vezes reiterado pelo presidente Sarney, excluiu também os parlamentares do PMDB, para os quais o ministro Funaro faz hoje uma exposição, em retribuição ao apoio que antecedeu os peemedebistas. A menos que as circunstâncias, entre as quais esta notícia da prometida revelação ao grupo de empresários, o forcem a desrespeitar uma decisão de governo, o ministro só falará aos peemedebistas sobre "o programa de financiamento interno e externo para 87" e "o panorama do ajustamento da economia". Ao passo que o telex-convite transmitido aos empresários selecionados, ao final da tarde de ontem, promete-lhes uma exposição sobre o "programa de reajustamento do setor externo". Este programa, que é a proposta do governo para a renegociação, está com o presidente Sarney desde a semana passada.

O PMDB e o então empresário Dilson Funaro foram críticos persistentes do sigilo em torno das propostas levadas ao FMI e aos credores pelo governo Figueiredo. Exigiam então, ainda mais do que o conhecimento das propostas, o debate público para rejeitá-las ou, se aprovadas, para legitimá-las, dado que neste caso seriam cumpridas pela totalidade da população.

O que leva à presunção lógica de que serão cumpridas, agora, pelos membros do governo e pelos empresários do círculo de Funaro. Nada mau.

### Muito sutil

E por falar em FMI e em renegociação, antes de chegar aos credores o ministro Funaro irá ao FMI. Levando uma exposição, também já delineada, das medidas que o governo adotou, como contenção do consumo através da perda de poder dos salários; liberação de preços, contenção monetária, fim dos subsídios, crédito apenas nominal para as médias e pequenas empresas, manutenção dos compulsórios — em suma, tudo o que configura a chamada receita do FMI.

Com esta exposição o governo pretende que o FMI aceite, como se fora iniciativa sua e dispensando a vinda de missões fiscalizatórias, oferecer a cobertura ao Brasil para a renegociação com os bancos.

### Os contrariados

E por falar em medidas governamentais, Ulysses Guimarães explicou o documento do PMDB de apoio ao governo, lançado antecorrem, como instrumento "para combater as forças internas e externas contrariadas com a política econômica atual". Recusou-se, porém, a dizer que forças são estas.

As externas pertencem a outro departamento, mas, quanto às internas, sem dúvida são os assalariados, os que já perderam o emprego, os que estão fazendo o imposto de Renda — ora, esta gente que só tem importância em época de eleição.

Da Sucursal de Brasília

As oito comissões temáticas do Congresso constituinte elegeram ontem, em sessões tumultuadas, os seus presidentes e vice-presidentes. Eleitos os presidentes, estes indicaram os relatores de sete comissões.

A única exceção foi a de Ordem Social. Até as 20h de ontem, os peemedebistas indicados para esta comissão ainda estavam reunidos com o líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), para escolher quem seria o relator. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) disputavam o cargo.

A maratona das eleições prosseguirá hoje, quando as oito comissões temáticas vão se subdividir em 24 subcomissões que também escolherão presidentes, vice-presidentes e relatores. Os trabalhos deveriam ser

iniciados às 10h, mas esse horário poderá ser alterado, já que, às 9h, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vai se reunir com a bancada do PMDB, no auditório Petrólio Portella, do Senado, para debater a crise econômica do país.

A eleição da Comissão de Sistematização deverá ser realizada amanhã, às 10h. Esta comissão — responsável pela redação do projeto final de Constituição — será formada, além de representantes designados pelos partidos, pelos presidentes e relatores das oito comissões temáticas e pelos 24 relatores das subcomissões que deverão ser escolhidos hoje.

### Tumulto

O tumulto observado nas eleições para os cargos de todas as comissões deveu-se ao fato de que a liderança do PMDB no Congresso constituinte só concluiu a escolha dos nomes que cabiam ao partido às 21h da terça-feira. Quando a maioria dos peemedebistas chegou ao Congresso, ontem pela manhã, recebeu uma lista dos nomes em quem deveria votar, sem maiores explicações. Foi preciso que

o líder Mário Covas percorresse todas as oito comissões para explicar os critérios do acordo que fizera com o PFL e os demais partidos para a distribuição de cargos.

As eleições mais tumultuadas ocorreram nas Comissões da Ordem Econômica, Ordem Social e Sistema Tributário. Na primeira, o senador Roberto Campos (PDS-MT) tentou articular a indicação do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) para o cargo de relator, quando o candidato da liderança do PMDB era o senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Severo teve que esperar longas horas para ser indicado relator pelo presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins (PFL-CE). Isto porque os peemedebistas da Comissão da Ordem Social ameaçavam não eleger o deputado Edme Tavares (PFL-CE) para a presidência — e os pefelistas ameaçavam não cumprir sua parte no acordo, deixando de indicar Severo para o cargo de relator da Comissão da Ordem Econômica, caso Tavares não fosse eleito presidente da Comissão da Ordem Social. Tavares acabou sendo eleito.

### Recusa

Ainda no período da manhã, a maioria dos membros da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, recusou-se a votar nos nomes indicados pelo PMDB e PFL. O tumulto foi tal que o senador João Menezes (PFL-PA), que presidia a reunião, suspendeu os trabalhos até às 14h30, para que o senador Mário Covas explicasse os critérios do acordo entre PMDB e PFL.

Pelo acordo, o PFL ficou com a presidência de oito das nove comissões (incluindo a de Sistematização). O PDS ficou com a presidência da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária, entregue ao senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Todos os relatores foram indicados pelo PMDB e nomeados pelo respectivo presidente de comissão. A falta de explicação do acordo provocou a confusão. Depois que Covas explicou, havia a votação. Foi uma votação secreta, com os deputados e senadores depositando na urna seus votos em envelopes fechados.

## Indicado por Covas não é aceito na "Ordem Social"

A Comissão da Ordem Social foi a única que não conseguiu preencher ontem o cargo de relator. A indicação feita pelo líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), para a vaga destinada ao partido — conforme acordo entre as lideranças —, não foi aceita pelos próprios peemedebistas. Os parlamentares do PMDB na comissão foram surpreendidos com a indicação de última hora do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) para relator — até a noite de antecorrem, era certo

o nome do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) para a vaga — e a escolha foi adiada para hoje.

Nenhuma das escolhas feitas por Covas para os cargos destinados ao PMDB na comissão foi referendada. O vice-presidente indicado, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), renunciou pedindo que se realizasse eleição para o cargo. Ele pretendia a vaga de relator e queria disputá-la no voto. Em seu lugar, apresentou-se o deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que obteve o cargo sem qualquer

discussão. Depois, foi a vez do senador Almir Gabriel abrir mão da indicação para o cargo de relator.

A reunião da Comissão da Ordem Social foi das mais tumultuadas de ontem. Revoltado, o deputado Domingos Leonelli ameaçou quebrar todo o acordo feito por Mário Covas com o PFL e o PDS. Apresentou sua candidatura à presidência da comissão, como protesto, e só a retirou na última hora, depois que ficou acertado o adiamento da escolha do relator, que deve ser anunciado hoje. Os

nomes mais cotados são o próprio Leonelli e o senador Mansueto de Lavor.

Leonelli teria sido descartado porque o PMDB da Bahia foi contemplado com a vaga de relator na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) ganhou essa vaga, também à última hora, para reequilibrar a representação do partido nas comissões, que foi considerada muito à esquerda.



Serra (à esq.) encontra Dornelles em agosto de 85

## Serra e Dornelles dividem comissão do Sistema Tributário

### Cargo de relator é mais importante e disputado

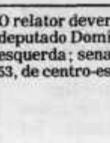
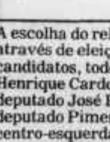
Ao invés da presidência das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, o cargo mais disputado no Congresso constituinte é o de relator. Enquanto ao presidente cabem funções administrativas, como dirigir e instalar sessões e manter a ordem dos trabalhos, o relator exerce uma função eminentemente política: dá parecer contrário ou favorável aos projetos apresentados e pode apresentar substitutivo aos projetos que lhe forem encaminhados. O relator é sempre o homem de confiança das lideranças partidárias, muito mais que o presidente.

Um ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, o deputado Francisco Dornelles (PFL-MG), e um ministériável, o deputado José Serra (PMDB-SP), comandam desde ontem a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças do Congresso constituinte. Dornelles é o presidente, e Serra o relator.

Para chegar a estes postos, no entanto, os dois passaram por momentos difíceis, ontem, na reunião que definiu a distribuição dos cargos na comissão. Logo após a instalação dos trabalhos, estourou uma "rebelião" dos deputados e senadores do Nordeste, Norte e Centro-Oeste contra o "domínio dos sulistas" nas principais funções da comissão. Os nordestinos queriam a presidência da Subcomissão do Sistema Tributário, que deverá ser entregue ao deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

A "rebelião" estourou quando os membros da comissão foram chamados a votar, sem que lhes fosse explicado o acordo feito entre PMDB e PFL para a indicação de Dornelles e Serra. O senador Cid Carvalho (PMDB-CE) chegou a pedir a retirada dos nordestinos do plenário, para que não houvesse quórum para a eleição do presidente e do vice-presidente. Alertado de que as lideranças do PMDB e PFL convocariam os suplentes, o senador mudou de ideia. Os líderes e vice-líderes do PMDB e PFL explicaram as divisões de cargos feitas entre os dois partidos e a votação começou. Dornelles foi finalmente eleito, e indicou Serra como relator.

## PRESIDENTES E RELADORES DAS NOVE COMISSÕES

Comissões	Presidentes	Relatores	Atribuições de cada comissão
<b>1</b> Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	 Dep. Mário Assad (PFL-MG), 61, centro-direita. Reeleito com 43.432 votos. Advogado. Foi deputado federal pela Arena (1966-82), reeleito pelo PDS (1982-86), secretário estadual do Trabalho e de Esportes, Lazer e Ação Social de Minas (1975-79). Casado, dois filhos	 Sen. José Bisol (PMDB-RS), 58, centro-esquerda. Eleito pela primeira vez para o Senado, com 1.167.474 votos. Juiz e comunicador. Foi juiz (1956-75), juiz de Alçada (1973-79), desembargador (1978-79) e deputado estadual pelo PMDB (1982-86). Casado, três filhos	Definir a soberania nacional, as normas que vão reger as relações do Brasil com outros países e os direitos e garantias do cidadão. Discutir temas como a pena
<b>2</b> Comissão da Organização do Estado	 Dep. Thomaz Nonô (PFL-AL), 39, centro-esquerda. Reeleito com 92.543 votos. Advogado e promotor público. Foi secretário estadual da Fazenda de Alagoas (1979-82) e deputado federal pelo PDS (1982-86). E presidente do PFL de Alagoas. Casado, dois filhos	 Sen. José Richa (PMDB-PR), 52, centro. Voltou ao Senado após quatro anos, eleito com 1.339.191 votos. Dentista, nunca exerceu a profissão. Foi deputado federal pelo PDS (1962-66) e pelo MDB (1966-70), prefeito de Londrina pelo MDB (1973-77), senador pelo MDB (1978-82) e governador do Paraná pelo PMDB (1982-86). Casado, três filhos	Definir normas para a União, os Estados, os municípios, os Territórios, o Distrito Federal e as regiões
<b>3</b> Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	 Dep. Oscar Corrêa (PFL-MG), 37, centro-direita. Reeleito com 52.438 votos. Advogado. Foi oficial de gabinete do governador mineiro Rondon Pacheco (1971-73), deputado estadual pela Arena (1978-82) e deputado federal pelo PDS (1982-86). Casado, cinco filhos	 Dep. Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, centro-esquerda. Reeleito com 35.022 votos. Advogado e juiz aposentado. Foi professor de Direito (1969-69), juiz de Direito em Recife (1954-61), deputado estadual pelo MDB (1966), cassado no mesmo ano, e deputado federal pelo PMDB (1982-86). Casado, um filho	Estabelecer o sistema de governo — presidencialismo, parlamentarismo ou alguma fórmula mista. Definir o mandato do presidente da República e, nas Disposições Transitórias da Constituição, a duração do mandato do presidente José Sarney
<b>4</b> Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições	 Sen. Jarbas Passarinho (PDS-PA), 67, centro-direita. Voltou ao Senado após quatro anos, eleito com 336.041 votos. Coronel reformado do Exército. Foi governador do Pará (1964-66), eleito indiretamente. Senador pela Arena (1966-67 e 1974-82), ministro do Trabalho e Previdência Social (1967-69), ministro da Educação e Cultura (1970-74) e candidato derrotado ao Senado pelo PDS em 1982. Casado, cinco filhos	 Dep. Prisco Viana (PMDB-BA), 53, centro. Reeleito com 48.986 votos. Jornalista. Foi secretário estadual de Comunicações da Bahia (1967-70), deputado federal pela Arena em três mandatos (1970 a 82) e pelo PDS (1982-86). Quatro filhos	Fixar normas para a defesa do Estado e da sociedade e organizar os sistemas eleitoral e partidário. Discutir os estados de guerra, sítio e emergência, o papel constitucional das Forças Armadas e o serviço militar
<b>5</b> Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	 Dep. Francisco Dornelles (PFL-RJ), 52, centro. Eleito pela primeira vez, com 71.592 votos. Advogado e professor. Foi presidente da Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda (1974-80), procurador-geral da Fazenda (1975-79), secretário da Receita Federal (1979-85) e ministro da Fazenda (1985). Casado, dois filhos	 Dep. José Serra (PMDB-SP), 45, centro-esquerda. Eleito pela primeira vez, com 160.868 votos. Engenheiro civil e economista. Foi presidente da UEE-SP (1962-66) e da UNE (1963-64). Exilou-se no Chile em 1964, onde trabalhou na Cepal. Foi secretário estadual da Economia e Planejamento de São Paulo (1983-86) e membro da Comissão do Plano de Ação de Governo de Tancredo Neves (1984). Casado, dois filhos	Fixar tributos e distribuição de receitas, estabelecer normas para o orçamento, fiscalização financeira e sistema financeiro
<b>6</b> Comissão da Ordem Econômica	 Dep. José Lins (PFL-CE), 66, centro-direita. Eleito pela primeira vez para a Câmara, com 39.784 votos. Engenheiro civil. Foi chefe da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (1966-71), secretário estadual das Minas e Energia do Ceará (1983) e senador pela Arena (1978-86). Casado, oito filhos	 Sen. Severo Gomes (PMDB-SP), 62, centro-esquerda. Eleito para o Senado em 1982 pelo PMDB, com mandato até 1990 (2.280.435 votos). Empresário. Foi diretor do Banco do Brasil (1964), ministro da Agricultura no governo Castello Branco (1966) e ministro da Indústria e Comércio no governo Ernesto Geisel (1974-77). E diretor-presidente da Tecelagem Parahyba e diretor da Mantiqueira S.A. Agropecuária. Casado, dois filhos	Estabelecer normas para o princípio de propriedade que definirão, em suas linhas essenciais, o regime econômico do país. Abordar temas como as reformas agrária e urbana, o direito de herança, o papel do Estado na economia e a propriedade do subsolo e das jazidas minerais
<b>7</b> Comissão da Ordem Social	 Dep. Edme Tavares (PFL-PB), 50, centro-direita. Reeleito com 37.048 votos. Advogado. Foi chefe da Casa Civil da Paraíba (1966-69), deputado estadual pela Arena em três mandatos (1970 a 82), secretário estadual do Trabalho e Assistência Social da Paraíba (1979-81), deputado federal pelo PDS (1982-86). Casado, cinco filhos	 O relator deverá ser designado hoje. São candidatos: deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), 40, de esquerda; senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), 53, de centro-esquerda	Estabelecer os direitos e deveres do trabalhador, normas para a Previdência Social, a defesa do meio ambiente e os direitos dos grupos étnicos e minorias. Questões como liberdade sindical, direito de greve e estabilidade no emprego serão tratadas por essa comissão
<b>8</b> Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia	 Sen. Marcondes Gadelha (PFL-PB), 43, centro. Eleito para o Senado em 1982 pelo PDS, com mandato até 1990 (321.917 votos). Médico. Foi deputado federal pelo MDB em três mandatos (1970 a 82) e candidato derrotado a governador pelo PFL em 1986.	 Dep. Artur da Távola (PMDB-RJ), 51, centro-esquerda. Eleito pela primeira vez para a Câmara, com 77.773 votos. Advogado e jornalista. Foi eleito para a Assembleia Legislativa e Constituinte da Guanabara (1960-62), deputado estadual (1962-66) pelo PTB e 1º vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1980). Casado, três filhos.	Definir normas para a cultura, o esporte, a educação, a ciência e a tecnologia, assim como os direitos do menor e do idoso. Discutir o ensino obrigatório, a censura às artes e diversões públicas, o divórcio e as normas para a concessão de canais de rádio e TV, entre outros temas
<b>9</b> Comissão de Sistematização	 Sen. Afonso Arinos (PFL-RJ), 81, centro-direita. Voltou ao Senado após dezesseis anos, eleito com 1.041.799 votos. Jurista. Foi deputado federal em três mandatos (1947 a 58) e senador (1962-70) pela UDN e ministro das Relações Exteriores (1961-62). Presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Casado, dois filhos	 A escolha do relator deverá acontecer amanhã, através de eleição. Até a noite de ontem eram três os candidatos, todos do PMDB: senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 55, de centro-esquerda; deputado José Bernardo Cabral (AM), 55, de centro; deputado Pimenta da Veiga (MG), 39, de centro-esquerda	Será responsável pela redação da Constituição, a partir dos projetos elaborados por cada uma das comissões. O texto elaborado pela Comissão de Sistematização será submetido à votação do plenário do Congresso constituinte

Os dados biográficos de cada parlamentar foram retirados do caderno OS ELEITOS, publicado no Folha em 19 de janeiro de 1987.

**Chalés Hotel Fazenda VALE DO SOL SERRA NEGRA**  
 0192-92-3500  
 SP-257-3955  
 LUA DE MEL - FINS DE SEMANA - FÉRIAS

**MORATÓRIA OU CALOTE?**  
 "As leis da economia não são violadas impunemente."  
 Essa dúvida e todos os demais aspectos da Economia serão abordados no 1º Seminário de economia - A realidade brasileira atual  
 Em 22 horas de exposição e debates, os professores da FEA-USP e membros da F.I.P.E. irão discutir com você os mecanismos econômicos e as prováveis saídas para o impasse que o Brasil vive hoje.  
 O encerramento será comandado pelo jornalista e comentarista econômico ALBERTO TAMER, INÍCIO DIA 06/04/87 ÀS 19 HS.  
 Local: Auditorio Federação do Comércio.  
 INSCRIÇÕES: (011) 257.2509 e 259.1288 VAGAS LIMITADAS:  
 grupo patrocinio: **SOFIMA S.A.** Realização: **META** DIVISÃO DE CURSOS ESPECIAIS